

**Anarquia, feminismo e educação:
estudos sobre a vinculação do papel da mulher nas páginas do periódico “a vida”**

Anarchy, feminism and education:
studies on the linkage of the role of women in the pages of the journal “a vida”

Eduarda Miriani Stabile¹

Marco Antônio de Oliveira Gomes²

Resumo: Objetiva-se, neste artigo, compreender as percepções sobre o papel feminino nas páginas do periódico “A Vida”, publicado entre 1914 e 1915 na cidade do Rio de Janeiro. Desse modo, ao analisar a imagem da mulher nas páginas de um periódico anarquista, busca-se fazê-lo de forma a compreender o objeto de pesquisa a partir das contradições de uma sociedade que se urbanizava, que negava direitos aos trabalhadores e que trazia a herança do passado colonial, marcado pelo patriarcalismo. Para o movimento anarquista, o futuro da humanidade requer a superação de toda forma de autoridade e o fim da exploração do homem pelo homem. Assim, com o propósito de formar a consciência de um novo homem, inúmeras pessoas dedicaram-se à divulgação da doutrina anarquista. Em relação ao papel da mulher, apesar das discussões pautadas em sua defesa, percebem-se ainda os limites de sua atuação dentro do movimento operário. Nenhum artigo foi publicado por uma mulher no período estudado.

Palavras-chave: Educação; “A Vida”; Anarquia; Papel feminino.

Abstract: The aim of this paper is to understand perceptions about the female role in the pages of the journal “A Vida”, published between 1914 and 1915 in the city of Rio de Janeiro. By analyzing the image of women in the pages of an anarchist periodical, we sought to understand the object of research from the contradictions of a society that was urbanizing, that denied workers rights and that brought the legacy of the patriarchal colonial past. For the anarchist movement the future of humanity requires the overcoming of all forms of authority and the end of the exploitation of man by man. With the purpose of forming the conscience of a new man, they dedicated themselves to the dissemination of the anarchist doctrine. In relation to the role of women, despite the discussions based on their defense, the limits of their performance within the labor movement are still perceived. No article was published by a woman during the period studied.

Keywords: Education; “Life”; Anarchy; Female role.

-
- 1 Mestranda em História e Historiografia da Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Contato eletrônico: mirianieduarda@gmail.com
 - 2 Doutorado (2008) e Pós Doutorado em História e Filosofia da Educação pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Atualmente é professor adjunto da Universidade Estadual de Maringá, lotado no Departamento de Fundamentos da Educação e membro do corpo docente do PPE-UEM, na linha de pesquisa: História e Historiografia da Educação.

Introdução

É comum a associação entre anarquia e bagunça ou ausência de ordem. Tal associação não é acidental, mas fruto das ações deliberadas pela burguesia, pelo Estado ou mesmo por órgãos de imprensa, que buscaram atacar o movimento anarquista e adjetivá-lo como sinônimo de desordem. Historicamente, **não é exagero afirmar que prisões, assassinatos, deportações e mentiras repetidas foram estratégias utilizadas pelo Estado oligárquico, no início do século XX, para combater lideranças libertárias e impedir a livre organização dos trabalhadores.**

No entanto, o que é a Anarquia? “A Vida”, periódico anarquista publicado entre 1914 e 1915 nos fornece a resposta:

Qual é então o ideal anarquista?

É conseguir a maior felicidade relativa para todos os homens. Se nunca poderemos evitar a morte, nem os desastres, nem curar todas as moléstias, nem suprimir todos os crimes, nem extinguir todos os vícios, temos a convicção de que havemos de reduzir tudo isso ao mínimo possível, ao mínimo por assim dizer, orgânico. Pode então agora caracterizar melhor o ideal anarquista? Posso. A anarquia procura inaugurar na Terra um regime social em que as energias humanas sejam poupadas o mais possível e os desperdícios reduzidos ao mínimo (A VIDA, 31 de janeiro, n. 3).

No senso comum, a anarquia **é a expressão da desordem e do caos**. Entretanto, paradoxalmente, anarquia não significa a “bagunça” apregoada pela burguesia. Trata-se de uma proposta de organização cujo objetivo é a igualdade entre os homens (e, também, entre homens e mulheres), “um regime em que as energias sejam poupadas e os desperdícios reduzidos ao mínimo possível”.

De tal modo, cabe destacar que, apesar de todos os preconceitos difundidos e das derrotas sofridas, o movimento anarquista cumpriu um papel importante no desenvolvimento da consciência de classe dos trabalhadores. São inúmeras as evidências históricas que demonstram as ações dos libertários na organização dos trabalhadores brasileiros, que marcaram gerações na primeira metade do século XX e, também, é igualmente notória a participação de lideranças anarquistas nas Revoluções ocorridas no México (1910) e na Rússia (1917), por exemplo.

No Brasil, a área de atuação do movimento concentrou-se, fundamentalmente, nas cidades e os alvos das propagandas libertárias foram basicamente os trabalhadores urbanos, embora houvesse um entendimento mais amplo de classe, segundo o qual pertenciam à mesma classe aqueles que vivessem do próprio trabalho e não da exploração do trabalho de outros homens, quer fossem do campo ou da cidade.

Diante de um contexto marcado pelos altos índices de analfabetismo, que chegava a 85% da população no Brasil na época em questão, a educação esboçava-se como uma tarefa política na formação do trabalhador urbano no âmbito de sua aspiração pela construção de uma sociedade diferente. Nesse contexto, para os anarquistas, era fundamental a formação política para o enfrentamento das condições precárias de trabalho nas primeiras décadas do século XX.

Assim, a imprensa operária e anarquista no Brasil não pode ser desvinculada das condições materiais que propiciaram o surgimento das primeiras fábricas e a constituição da classe operária. Nesse ínterim, sendo resultado da influência da filosofia política trazida por trabalhadores e intelectuais europeus, os jornais e as publicações periódicas de ativistas anarquistas desempenharam um importante papel educativo com vistas à organização da classe trabalhadora.

Isto posto, torna-se necessário mencionar que a análise das propostas anarquistas para a formação intelectual do trabalhador será o objetivo do trabalho. Trata-se, portanto, não de pesquisar a imprensa operária por ela mesma, isolada da realidade que a forjou, mas de procurar identificar, por meio da análise de alguns excertos extraídos do periódico “A Vida”, a ideologia difundida em suas páginas, que expressava as lutas dos trabalhadores organizados. A partir daí, busca-se indagar: Como pensavam a questão da mulher? Quais suas análises sobre a conjuntura do período? Quais suas propostas?

Para que sejam alcançados os objetivos propostos, tomam-se como parâmetro autores como Penna (2016), Luizetto (1987), Patto (1999) e outros. Desse modo, este trabalho se organiza em três sessões. São elas: Breves apontamentos sobre as primeiras indústrias e o surgimento do operariado urbano no Brasil: o movimento anarquista e a educação; A imprensa operária como instrumento de luta dos trabalhadores; A temática do papel da mulher extraída das análises do periódico “A Vida”.

Breves apontamentos sobre as primeiras indústrias e o surgimento do operariado urbano no Brasil: o movimento anarquista e a educação

Ao longo do período imperial no Brasil, as relações de trabalho entre proprietários – empregadores – com trabalhadores livres eram incipientes e davam espaço para a existência de um “livre contrato” que, na prática, significava a exploração da força de trabalho de forma muito próxima da escravidão. Nesse sentido, o homem livre e sem propriedades para sobreviver precisava se colocar à disposição para vender sua força de trabalho em condições precárias. A consequência disso é que a liberdade não passava de uma ilusão liberal.

Diante da falta de regulamentação das relações entre capital e trabalho, desde o período imperial (1822-1889), nos principais centros urbanos do país constituíram-se sociedades de beneficência e de auxílio mútuo para trabalhadores em casos de doenças, de acidentes, de invalidez ou de falecimentos.

Por conseguinte, outras iniciativas marcaram o início da organização dos trabalhadores no mesmo período. No Rio de Janeiro, há notícias sobre a greve dos tipógrafos em 1858, reivindicando aumento de salários, por exemplo. Mais adiante, foi no período republicano que o movimento operário passou a ter um caráter mais contundente e reivindicatório com greves na capital da República e em São Paulo.

É importante mencionar, nesse contexto, que a proclamação da República em 1889, ocorrida por meio de um golpe de estado, ainda que trouxesse entre suas lideranças um ideal reformista e de progresso social, não provocou mudanças substantivas a ponto de significar melhores condições materiais de existência para os trabalhadores do campo e da cidade.

O contexto foi então marcado por uma economia agrário-exportadora, que apresentava sinais de crise, típicos de uma economia periférica e dependente. Foi o momento no qual surgiu uma incipiente burguesia industrial que, por sua vez, não descaracterizou o caráter dependente de nossa economia. Consequentemente, o crescimento das atividades industriais e urbanas, concentrados fundamentalmente na região Sudeste, fomentava o crescimento das cidades, das camadas médias e da classe operária.

A abolição da escravatura, em 1888, após mais de três séculos de regime escravocrata, não proporcionou condições objetivas para a emancipação dos ex-escravos, e os trabalhadores do campo e da cidade continuaram sem direitos, sujeitos aos desmandos dos proprietários, pois a União não se

responsabilizou, entre outras medidas urgentes e necessárias, pela criação de um sistema nacional de educação na época.

É nesse cenário, demarcado pelo crescimento das atividades fabris e de centros urbanos – fundamentalmente na região Sudeste –, que se assentou a formação da classe operária em nosso território. Edgar Carone (1979) aponta que, “bem antes da proclamação da República, o elemento estrangeiro prepondera numericamente e ideologicamente entre o operariado” (CARONE, 1979, p. 189). Ressalte-se que até 1920 os imigrantes constituíam o maior contingente da população operária, que era composta por italianos, espanhóis e portugueses. Justamente por isso, muitos daqueles que buscaram no Brasil uma nova oportunidade dirigiam-se para as lavouras de café para, em seguida, migrarem para os centros urbanos. Diante disso, a conjuntura que forjou a classe operária era delineada pela carência de leis que regulamentavam as relações de trabalho em nossas terras. Acerca disso, Patto (1999) menciona:

As relações de produção em vigor abrangiam várias formas de exploração do trabalho. No campo, vínculos empregatícios contaminados pela prática do favor prendiam empregados a patrões por dívidas muitas vezes impossíveis de saldar e configuravam situações que beiravam à escravidão. Na cidade, o panorama não era diferente: uma massa de trabalhadores pobres acumulava-se no espaço urbano e vendia sua força de trabalho a preços que degradavam a vida, quando não a inviabilizavam, ou dedicava-se a outras ocupações, em nome da sobrevivência. Sem alternativas no mercado de trabalho, muitos ex-escravos e seus descendentes viviam em situação de desemprego crônico ou agregados a famílias ricas, onde exerciam extensas jornadas de trabalho doméstico não-remunerado (PATTO, 1999, p. 169).

É importante salientar que o avanço das relações capitalistas não trouxe mudanças significativas para o trabalhador. Ainda que os operários não fossem mais propriedade de um senhor, como na escravidão, não é exagero afirmar que se transformaram em uma mercadoria sob a aparência do signo da liberdade de poder vender sua força de trabalho sem qualquer empecilho. Dessa forma, a insuficiência de uma legislação que regulasse as relações entre capital e trabalho proporcionava abusos constantes: não pagamento de salários, exploração do trabalho infantil, descontos por quaisquer motivos, entre outras mazelas.

Por outro lado, a resistência operária se fez por meio de uma série de iniciativas que buscaram a organização de classe. Superando as associações de autoajuda, típicas dos primeiros anos de organização dos trabalhadores, o movimento operário materializou formas de luta e de organização distintas no início do século XX. Isso porque, nos centros urbanos de maior destaque econômico, como São Paulo e Rio de Janeiro, os trabalhadores constituíram ligas a partir de meados de 1870 com o propósito de defesa dos seus interesses.

Sendo assim, historicamente a greve tornou-se uma das armas de enfrentamento contra o empresariado. Outrossim, apesar da repressão policial em defesa dos interesses burgueses, as paralisações tornaram-se rotineiras em defesa de aumento salarial ou pela jornada de oito horas. No entanto, ainda que combativo, faltava ao movimento sindical exigências objetivas de enfrentamento e de resistência.

Nesse contexto, as organizações pioneiras de trabalhadores no Brasil se vincularam às ideias socialistas, que tiveram existência efêmera. O Centro Socialista de Santos (1889) e o Partido Socialista do Rio de Janeiro (1892 e 1902), por exemplo, foram experiências de organização em defesa da classe trabalhadora nesse sentido. É importante mencionar, então, que mesmo antes dos anos iniciais do século XX, as ideias anarquistas já se encontravam presentes no Brasil, como deixam transparecer os registros de publicações como o “Anarquista Fluminense”, de 1835, e o “Grito Anarquial”, de 1849 (SAVIANI, 2008).

Mais adiante, em 1906, o movimento operário começou a ganhar novos contornos e distanciou-se das perspectivas identificadas com o socialismo em nossas terras. Foi nesse contexto que ocorreu a ascensão das ideias anarquistas entre os trabalhadores e a primeira experiência de organização em âmbito nacional, com a fundação da Confederação Operária Brasileira (COB), em 1906.

Em 1913, com o II Congresso, a hegemonia do anarcossindicalismo na COB era incontestável. Resumidamente, pode-se mencionar que os anarquistas levantaram as bandeiras da liberdade, da abolição do Estado e de todo o princípio de autoridade, da igualdade entre os homens e da autogestão da produção. Isso porque o Estado e o patronato eram enxergados com desconfiança ou mesmo como inimigos, que deveriam ser combatidos.

Assim, para os anarquistas, era improdutivo buscar governantes honestos, pois a organização social produzia a opressão e preservava os interesses daqueles que detinham as propriedades e o poder do Estado. A título de exemplo, Orlando Corrêa Lopes apresenta essa orientação no artigo intitulado “Transformar e não reformar”.

Eleger governantes honestos para moralizar a política e a administração é a mesma coisa que casar os reis com camponesas para produzirem reis populares.

Não; a causa das nossas desgraças não está nos homens, mas na atual organização da sociedade.

E é preciso notar que esse mal não existe somente no Brasil; em toda a parte é a mesma coisa.

A guerra europeia veio demonstrar que a sociedade humana não pode manter-se sob o atual regime econômico-político, isto é, sob uma organização baseada na exploração do homem pelo homem, na luta de um contra todos, no direito do mais forte, desprezados o apoio mútuo e a solidariedade. O que é preciso é transformar e não reformar (A VIDA, 28/02/1915).

Em um contexto marcado pela Primeira Guerra Mundial, os efeitos chegaram ao Brasil com o aumento dos preços dos produtos básicos para a existência do trabalhador. Nesse período, as greves se multiplicaram em diferentes regiões urbanizadas do país. Seria impossível, então, negar a força e a organização dos militantes libertários que conseguiram arrancar do patronato algumas conquistas, tais como aumento de salário e redução da jornada de trabalho.

O Estado, por sua vez, controlado pelas oligarquias, não podia ignorar ou tolerar as lutas dos trabalhadores. Entre os argumentos utilizados para a legitimação da repressão estava aquele segundo o qual os trabalhadores brasileiros não eram afeitos à desordem e eram pacíficos. Assim, a anarquia era divulgada pelos intelectuais burgueses como expressão do desrespeito as tradições ordeiras do “povo” brasileiro.

Vale destacar que o caráter repressivo do Estado foi reforçado em 1907, pelo Decreto n. 1.641, conhecido como Lei de expulsão de estrangeiros ou Lei Adolfo Gordo, que permitia a sumária expulsão de estrangeiros, considerados perigosos ao ordenamento jurídico e social do país. Desse modo, a lei expressava claramente o caráter burguês do Estado brasileiro e sua incapacidade de promover uma legislação que proporcionasse a regulação das relações entre capital e trabalho.

Com a progressiva intensificação do trabalho urbano, nas décadas iniciais do século XX, foram intensificadas as organizações e as lutas do operariado urbano, e a educação escolar passou a ser vista como um aspecto importante no campo de batalhas ideológicas. Como decorrência da forma por meio da qual interpretavam a sociedade e o projeto que defendiam, os anarquistas não se posicionaram em defesa da obrigatoriedade da educação escolar, pois o Estado e a Igreja eram vistos como instituições que atuavam na defesa do capitalismo.

Coerentes com essa concepção, os anarquistas defendiam a criação de escolas livres da influência estatal e do clero e que, portanto, deveriam ser sustentadas com recursos oriundos dos trabalhadores.

A educação ocupava posição central no ideário libertário e expressava-se num duplo e concomitante movimento: a crítica à educação burguesa e a formulação da própria concepção pedagógica que se materializava de escolas autônomas autogeridas. No aspecto crítico denunciavam o uso da escola como instrumento de sujeição dos trabalhadores por parte do Estado, da Igreja e dos partidos (SAVIANI, 2008, p. 183).

As escolas que surgiram sob a influência libertária, nos anos de 1910, e receberam a denominação de Escolas Modernas ou Racionalistas, tais como “a Escola Libertária Germinal, criada em 1904, a Escola Social da Liga Operária de Campinas, em 1907, a Escola Livre 1º de Maio, em 1911, e as Escolas Modernas” (SAVIANI, 2008, p. 183). Tratava-se de instituições destinadas fundamentalmente aos filhos dos trabalhadores, profissionais liberais ou, até mesmo, a pequenos proprietários. Nessas instituições, o corpo docente era composto por indivíduos de diferentes origens sociais, identificados com o movimento anarquista e com o projeto de transformação social, com vistas à superação da exploração dos trabalhadores.

Em uma breve síntese, os postulados pedagógicos dos anarquistas eram pautados nos seguintes aspectos: a) Educação integral, que proporcionasse ao indivíduo o desenvolvimento progressivo e equilibrado; b) mista, conjunta para ambos os sexos; c) solidária, que proporcionasse meios para formação de homens livres e que respeitasse a liberdade de todos; d) racional, alicerçada na razão e não na fé.

A criação dos denominados Centro de Estudos Sociais foi outra iniciativa do movimento anarquista. Em cidades como São Paulo e Rio de Janeiro foi comum a criação dessas instituições como espaço de organização de debates e de discussões sobre temas políticos e culturais, além da organização de bibliotecas destinadas aos trabalhadores.

De tal modo, a imprensa libertária teve atuação acentuada na divulgação da doutrina anarquista, das ações políticas do movimento operário, além de trazer em suas páginas um caráter pedagógico. Como ler-se-á na próxima seção, as propostas e análises políticas presentes no periódico “A Vida” estão carregadas de uma concepção que denunciava a exploração dos trabalhadores, ao mesmo tempo em que defendia o desenvolvimento livre de homens e mulheres.

[...] Para o movimento libertário, era muito especial o papel representado pela educação: de um modo geral, era claro para a maioria dos militantes que ela não era o único nem o principal agente responsável pelo desencadeamento da revolução; mas era evidente para eles que, sem a ocorrência de mudanças profundas na mentalidade das pessoas, mudanças provocadas em grande parte por intermédio da educação, a revolução social poderia não alcançar o êxito desejado (LUIZETTO, 1987, p. 42).

Desse modo, as concepções anarquistas pressupunham o fim da coerção e o combate a todas as formas de autoritarismo, pois a ideia de autoridade de um homem sobre o outro implica em uma relação verticalizada de poder, ou seja, trata-se da defesa de uma sociedade autogestionária com ampla liberdade e responsabilidade de todos pela manutenção da comunidade de homens e mulheres iguais em uma sociedade que não estivesse organizada a partir de um sistema de governantes e de governados.

A Imprensa anarquista no Início do Século XX

Entre 1906 e 1922, a imprensa operária no Brasil expressou a hegemonia do movimento anarquista.

No período mencionado, a grande maioria dos jornais foi organizada e dirigida por intelectuais vinculados ao movimento libertário. No entanto, com a eclosão da Revolução Russa, em outubro de 1917, e com a fundação do Partido Comunista, em 1922, o espaço foi progressivamente ocupado pelos militantes comunistas.

Antes de prosseguirmos, é importante considerar algumas questões prévias sobre a imprensa anarquista: a ausência de regularidade dos periódicos e a existência efêmera em um contexto marcado pelo analfabetismo, a falta de recursos e repressão policial, e as deportações de trabalhadores estrangeiros. Assim sendo, o pesquisador dos periódicos não deve estranhar que um mesmo veículo apresente o mesmo nome e, hipoteticamente, a mesma direção ideológica possa alterar em seus conteúdos e princípios, conforme o período histórico analisado.

Expressão das diferenças ou mesmo divergências presentes no movimento operário, a imprensa libertária possuía linhas de atuação diversificadas, dedicando-se a publicar aspectos doutrinários que julgava pertinentes de serem divulgados. Também não aceitava propaganda em suas páginas, pois o financiamento era efetuado por meio de cotização entre os operários. Nesse ínterim, a divulgação de livros, conferências ou de autores identificados com a causa era o máximo aceitável nas páginas libertárias.

O que resulta de significativo na existência da imprensa operária é o fato de que ela estará sempre ligada a alguma forma de organização da classe trabalhadora – seja partido, sindicato ou qualquer outra espécie de agremiação –, circulando de maneira diferente da imprensa burguesa, ou grande imprensa.

O veículo de comunicação da classe trabalhadora – quer seja representante de sindicato ou de partido – não tem proprietário, e sua mensagem não é uma mercadoria a ser consumida; seu conteúdo é resultado do conjunto de informações, preocupações, propostas etc., produzido pela coletividade e para ela mesma. O jornal é um instrumento de informação, conscientização e mobilização; o receptor não é elemento passivo, mas alguém que tem interesses comuns e participa da mesma forma de organização [...] (FERREIRA, 1988, p. 6).

Como um instrumento de educação informal por excelência, os periódicos se ocupavam em divulgar informações sobre as lutas dos trabalhadores em diferentes regiões do mundo, correspondências com jornais e com militantes estrangeiros, reforçando o ideal internacionalista dos anarquistas. Assim como a escola, os libertários utilizavam a imprensa para veicular conhecimentos e meios para sua assimilação, tais como bibliotecas, conferências, escolas, centros de estudos sociais, sindicatos etc.

A primeira iniciativa dos anarquistas foi tentar levar adiante seu trabalho através do voluntarismo. Os primeiros jornais anarquistas e anarcossindicalistas tentaram sobreviver apenas de contribuições. Os militantes eram poucos e possuíam poucos recursos econômicos. Já se podia prever o resultado: poucos jornais conseguiram sobreviver além do quinto número. [...] O tempo passava, e os anarquistas procuravam um suporte financeiro mais eficaz [para atividades editoriais]. Passaram a vender assinaturas. A evolução dos sindicatos foi semelhante. Para financiar suas primeiras greves e operações cotidianas contavam apenas com as contribuições ‘espontâneas’. Posteriormente passaram a cobrar taxas obrigatórias e fundos de greves, práticas características dos sindicatos ‘burgueses’. Recorreram, também, a algumas técnicas de levantamento de fundos outrora consideradas corruptas, como festas e rifas (MARAM, 1979, p. 76-77).

Historicamente preocupados com a formação do trabalhador, os periódicos anarquistas assumiram a tarefa de divulgação do corpo doutrinário dos ideais libertários. Os combates ideológicos se revestiam de acirradas disputas com análises sobre a conjuntura nacional e internacional, com posicionamentos que variavam entre a vida cotidiana do trabalhador e questões nacionais ou mesmo internacionais. Diante disso, o objetivo era claro: criar uma mentalidade e vontade libertária capaz de

contribuir para a superação das condições de exploração do homem pelo homem.

Anarquismo e Gênero: O Papel da Mulher no Periódico “A Vida”

O periódico “A Vida” foi um dos empreendimentos vinculados ao movimento anarquista e sua proposta de educação que circulou entre 30 de novembro de 1914 e 31 de maio de 1915. Foi notadamente voltado para estudiosos e militantes anarquistas. Dirigido por José Rodrigues de Leite e Oiticica (1882-1957) e tendo como coeditor Francisco Viotti, o periódico contou com a contribuição de outros nomes, entre os quais Astrogildo Pereira, Fábio Luz, Orlando Correia Lopes, Hermes Fontes, Primitivo Raymundo Soares, Efreim Lima, João Penteado e Adelino Pinho.

O mensário A Vida. O título é alusivo, como não poderia deixar de ser, à essência mesma de todos nós. Sua preservação com o mínimo de dignidade e satisfação era e é tratada como elemento primacial da concepção que teve Proudhon, Malatesta, Bakunin, Kropotkin, dentre outros, os seus mais destacados intérpretes. No Brasil, Fábio Luz, José Oiticica e Orlando Corrêa Lopes, foram à frente desta revista jornal, nomes a difundirem o ideário anarquista, seja através de suas páginas, ou mesmo em ações e manifestações de rua (PENNA, 2016, p. 201).

Periódicos como “A Vida” atuaram como um instrumento pedagógico, objetivando o processo de construção de práticas e de busca pela intervenção da realidade por parte dos trabalhadores e seus filhos na construção da nova sociedade. É importante não perder de vista que o contexto do período era marcado pela herança do passado escravocrata e patriarcal, que persistia e adentrava o interior da vida dos trabalhadores e, também, o ambiente de trabalho.

O periódico “A Vida” ocorreu num contexto marcado pela eclosão da Primeira Guerra Mundial que arrastava inúmeras nações para uma guerra de rapina, de roubos e da carnificina de milhares de trabalhadores enviados ao *front* de batalha. O Brasil, ainda que distante do conflito, não escapou de suas consequências. Dessa forma, não deixou de denunciar a guerra e as precárias condições de existência dos trabalhadores, por meio de análises políticas, de artigos de cunho doutrinário, da defesa da emancipação feminina, entre outras iniciativas. Em suma, o periódico buscou contribuir para a afirmação das lutas operárias contra o poder do Estado e da burguesia.

As evidências das relações assimétricas, a desigualdade social, o patriarcalismo e outras mazelas de uma sociedade que mantinha resquícios do passado colonial não passaram despercebidas nas análises de José Rodrigues de Leite e Oiticica que, ao longo de diferentes artigos, analisou as relações hierárquicas existentes na sociedade. Tais discussões apontavam para a necessidade de reforçar a luta pela independência feminina como mais uma etapa de superação da ordem burguesa.

De modo similar à imprensa burguesa, os periódicos anarquistas não se furtaram a discutir, sob a perspectiva dos trabalhadores, questões vinculadas ao comportamento social, à educação, ao trabalho etc. Nesse sentido, a mulher tornou-se também centro de intensas discussões sobre o seu papel na sociedade.

Ainda que a opressão sobre a mulher não tenha nascido com as fábricas e no Brasil colonial a larga utilização da força de trabalho feminina tenha sido uma constante, foi somente com a industrialização que os debates sobre a participação feminina na produção ganharam espaço em jornais, revistas e no parlamento. Desse modo, temas como casamento, sexualidade, trabalho e família fizeram parte do vocabulário de inúmeros intelectuais do período e frequentaram as páginas da imprensa operária e anarquista.

Na edição n. 1, Oiticica tece as seguintes análises:

[...] Todos sabemos que a mulher tem muito menos resistência física que o homem. Pois bem, na sociedade moderna a mulher está sujeita aos mesmos trabalhos físicos, com os mesmos números de horas e menor salário que o homem. Quem percorre as lavouras pode ver o estado de depauperamento precoce das mulheres do povo. Que filhos sairão desses organismos? [...]”.

[...] O desperdício de energias físicas femininas estende-se nos seus estragos irreparáveis para as gerações futuras, porque a hereditariedade não perdoa. [...] Acrescente-se ao excesso de trabalho a má alimentação, em consequência da insuficiência de salário. [...] Nas fábricas, as mulheres se acham expostas a todo tipo de envenenamento e, obviamente a comprar gêneros baratos de qualidade inferior. [...] Enquanto grande parte da energia feminina se desperdiça, desse modo, por excesso, outra parte se destrói por mau aproveitamento. Refiro-me as próprias burguesas que nada fazem, que vivem nos passeios, ou cuidam, por distração, de obras de caridade e de recepções [...] (A VIDA, 30/11/1914).

Ainda que o texto não aprofunde as questões vinculadas à opressão da mulher como um dos alicerces da sustentação do capitalismo, é inegável a percepção do autor em relação às circunstâncias históricas de produção do periódico e ao reconhecimento da desigualdade salarial entre homens e mulheres.

Antes de prosseguirmos, então, faz-se necessário acrescentar que o desenvolvimento das relações capitalistas pressupõe a existência de requisitos históricos, associados à vida de trabalhadores despossuídos dos meios de existência e disponíveis para vender sua força de trabalho ao capitalista, para que o capital possa reproduzir e valorizar-se nas mãos da burguesia.

Em uma sociedade marcada por relações patriarcais e periféricas, mesmo com o avanço da indústria, a condição da mulher trabalhadora era ainda mais precária, pois, além dos baixos salários, conviviam com uma série de abusos patronais.

Na edição n. 2, Oiticica observou:

[...] A mulher é para a casa, dizem os burgueses, e para cuidar dos filhos [...]. E, indignado, continua: [...] Mas o burguês que assim fala quer um guarda-livros hábil para o seu negócio e um veterinário esperto para o seu cavalo. É bem de ver que o burguês, nesse caso, coloca o negócio e o cavalo acima do filho [...]. Basta considerar a educação do filho para medir o alcance da educação intelectual da mulher. Criar um filho, educar um filho é um problema que exige instrução vasta e variada. Toda mãe de família deveria ser uma pedagoga [...] (A VIDA, 31/12/1914).

Oiticica aponta, no artigo em questão, para o velho conservadorismo que mantinha as mulheres atreladas ao lar e ao papel de mães e provedoras da educação dos filhos. Entretanto, é importante observar que não se tratava do velho preconceito que enxergava na figura feminina a “educadora” por excelência e o alicerce da família. Também se deve observar que a toda família, e não apenas a mulher, cabe o papel de pedagoga.

Nesse sentido, se nos primórdios da república no Brasil ainda prevalecia a imagem da família burguesa idealizada, as contradições entre capital e trabalho desmentiam os sonhos idílicos dos conservadores. Nesse contexto, a simplificação da produção por meio das máquinas e a busca incessante pela extração de mais-valia ampliaram a utilização da força de trabalho das mulheres oriundas das classes trabalhadoras.

É justamente por isso, que inúmeros modelos e padrões de conduta foram criados para controlar as mulheres no espaço público. Não cabia simplesmente expulsá-las, afinal de contas elas eram importante parcela da mão-de-obra e da população consumidora, mas era essencial controlá-las, através de modelos que correspondessem à nova sociedade (MENDES, 2010, p. 21).

Os padrões de conduta de nada serviam diante das condições às quais as mulheres no início do século XX estavam submetidas. É importante termos clareza de que o Estado brasileiro era fundamentalmente composto, ao longo da República Velha, pelos proprietários de terras, o que assegurava a hegemonia dos cafeicultores de São Paulo e Minas Gerais. De tal modo, nem os grupos oligárquicos menores ou a incipiente burguesia industrial possuíam forças suficientes para fazer frente ao poder dos “coronéis”. Apesar disso, no contexto mencionado, apesar da impossibilidade momentânea de um projeto alternativo ao modelo agrário-exportador, a burguesia industrial se organizou em associações de classe para defender seus negócios particulares.

Na pauta dessas associações, a partir de 1910, encontra-se a preocupação com os trabalhadores. Tratava-se, antes de tudo, de manter inalterada a ordem social. Em um país em que o voto era negado às mulheres, não seria a igualdade de condições de trabalho e a remuneração a preocupação da burguesia. As preocupações burguesas eram mais pueris: a defesa da moral familiar e a proteção da mulher, tida como incapaz por muitos.

Todavia, os sinais de desgaste dos valores burgueses eram evidentes. Os questionamentos sobre a condição de exploração da força de trabalho feminina apareceram em diferentes órgãos de imprensa, incluindo “A Vida”. Na edição n. 3 Oiticica publicou:

[...] Observa-se com o amplo movimento feminista moderno um salutar assomo de libertação. A mulher se sente compelida, pelo influxo reivindicador atual, a lutar pela emancipação; mas a sociedade estabelecida no regime autoritário impõe-lhe quantos empecilhos pode, veda-lhe os direitos políticos, submete seus bens à administração do marido, tranca-lhe quase todas as repartições públicas e quando lhe entrega a educação primária não lhe dá nenhum meio de desenvolver sua aptidão pedagógica. Impõe-lhe os alunos, o local de ensino e os programas. Ela tem de abstringir-se ao que manda o regulamento, ao que lhe indica o inspetor, às portarias do diretor de instrução [...] (A VIDA, 31/01/1915).

Impossível dissociar as manifestações do autor com a primeira onda do movimento feminista, iniciada no final do século XIX. Tal movimento expressou um conjunto de reivindicações, protagonizado por mulheres em defesa da igualdade política e jurídica em diferentes nações do mundo. Diante disso, o contexto histórico marcado pelo avanço da indústria moderna e a criação dos primeiros sistemas de ensino na Europa não podem ser desconsiderados.

O cenário das mobilizações feministas foi, portanto, a expressão dos desdobramentos produzidos pelas transformações econômicas que vieram acompanhadas pelo movimento operário e também pela consolidação do Estado burguês ao longo do século XIX.

Em suma, a consolidação do capitalismo forjou um sistema que concentrou a produção dos trabalhadores em fábricas e utilizou, em larga escala, mulheres e crianças como mão-de-obra barata. Assim, em termos políticos, o Estado passou a ser representado como uma instituição “democrática”, acima dos interesses pessoais e formado a partir de uma comunidade de “cidadãos” livres, possuidores de direitos sob a forma de Estados-Nação. Não é à toa que as contradições daí adjacentes não demoraram a aflorar e explodir em revoluções e revoltas ao longo do século XIX.

A princípio, as primeiras reivindicações feministas foram obra do que se convencionou denominar “feminismo liberal”, ou seja, trata-se de ações oriundas de mulheres advindas das classes médias ou da burguesia, mas foram as mulheres oriundas da classe trabalhadora que se levantaram contra a perspectiva idealista burguesa.

É importante reforçar que as mudanças ocorridas em âmbito econômico e social, as transformações geradas pelo processo de produção industrial e a entrada, em grande escala, de imigrantes promoveram um expressivo impacto na forma de organização dos trabalhadores. Além disso, a força de trabalho feminina compôs, de forma significativa, o ambiente produtivo e foi um dos elementos que substituíram o trabalho escravo. No Brasil, segundo Saffioti (1981, p. 22, grifo nosso), “em 1872, quase a totalidade dos trabalhadores do setor industrial eram mulheres”. Ainda, segundo a autora, em 1920, “as mulheres contribuíam com 65,1% dos contingentes humanos empregados na indústria têxtil e com 69,7% da mão-de-obra do setor de confecções” (SAFFIOTI, 1981, p. 22, grifo nosso).

Coerente com as condições concretas de exploração dos trabalhadores e, em especial, da mulher, Oiticica demonstra as condições precárias a que eram submetidas as trabalhadoras: “A mulher do povo, a proletária, essa nem mesmo tem possibilidade de escolher serviço. Lava, cozinha, engoma, coze, serve nas fábricas, é criada. Não há em que desenvolver aptidões neste terreno [...]” (A VIDA, 31/01/1915).

Do ponto de vista do proletariado, as condições de trabalho eram marcadas por regimentos draconianos dentro das fábricas. Isso porque a remuneração inferior das mulheres pelo mesmo trabalho realizado pelos homens era considerada “natural” para os interesses do capitalista. Não bastassem as condições miseráveis, o assédio sexual também era uma constante nas relações patronais. No entanto, apesar das condições a que estava submetida a classe trabalhadora e, em especial, a mulher, isso não significa que deixou de haver resistência.

Contra as estratégias de enquadramento do proletariado ao modelo disciplinar imaginado pelos dominantes, a criatividade operária opõe inúmeras formas de resistência, surdas, difusas, organizadas ou não, mas permanentes, efetivadas no interior do espaço de produção (RAGO, 2014, p. 44).

Intercalando os princípios presentes no movimento anarquista com a defesa dos interesses do operariado, “A Vida” buscou reforçar a denúncia contra o conservadorismo presente na estratificação social brasileira. Mediante tais implicações, tornava-se necessária a urgência de transformação social como forma de superação de todos os preconceitos e entraves ao livre desenvolvimento dos indivíduos.

Na edição n. 4, por exemplo, a crítica contra o patriarcalismo é evidente:

A maior vítima da concorrência destravada é a mulher [...] porque sobre ela pesam as consequências das derrotas. Subordinada ao pai, sujeita ao marido, mais fraca que o homem elas sofrem os contragolpes todos das desventuras deles. [...] Só na alta classe poderemos encontrar mulheres vitoriosas sem esforço; mas, ainda ai, essa vitória é fruto direto ou indireto dos influentes no governo (A VIDA, 28/02/1915).

Na crítica sobre as condições de existência das mulheres trabalhadoras, ficam evidentes as diferenças de classe. Não se trata apenas de uma denúncia contra as relações patriarcais, mas, também, contra a sociedade de classes em defesa de uma sociedade solidária e que não exija sacrifícios de muitos em benefícios de poucos.

Como aproveita pois a Igreja as energias intelectuais femininas? Eu, de mim, não sei. Sei que as comprime, as destrói, as desperdiça [...].

[...] Que resta fazer a mulher? Entrar no movimento. O primeiro passo nesse rumo é abandonar a igreja, libertar a razão, começar a emancipação intelectual [...] (A VIDA, 31/05/1915).

Diante de tais considerações, é importante mencionar que a ocupação do espaço público pelas

mulheres trabalhadoras no início do século XX não pode ser traduzida em um abrandamento das exigências morais. Isso porque a indústria avançou, mas o patriarcalismo e moralismo religioso permaneceram nas relações sociais. Assim, a alternativa apresentada por Oiticica consistia em libertar-se da influência da Igreja e abraçar a razão como meio de emancipação intelectual. Para o autor, a libertação da mulher era um requisito para sua transformação em uma força importante na luta pela construção da sociedade libertária.

O patriarcalismo, a desigualdade na divisão de tarefas e os modelos de comportamento impostos eram entendidos como expressão de uma sociedade burguesa. Nesse aspecto, materializavam-se em obstáculos para o pleno desenvolvimento de suas capacidades. Não por acaso, um dos principais pontos discutidos pelas mulheres anarquistas no âmbito do movimento foi a necessidade da emancipação da mulher do casamento, que poderia ser substituído por uniões livres e pensadas unicamente no amor.

Mas, nessa lufa lufa matrimonial, as condições mais duras é a mulher que as padece. Saída apenas de sua escravidão secular, sente-se enleada por todas as peças sociais e, impossibilitada de vencer, por si, na concorrência implacável, procura ou procuram por ela o apoio de um braço masculino, de qualquer braço masculino (A VIDA, 30/11/1914).

Outro ponto destacado por Oiticica no periódico é a prostituição, já que muitas mulheres casadas viviam desesperadas por causa de um regime excludente e coercivo, que determinava como pensar, o que pensar, como agir, justificado pela lei ou pela igreja. Para aquelas que não se casaram, sobrava a venda do próprio corpo para a sobrevivência. Nesse interim, a sociedade burguesa afirmava que não existia remédio para o vergonhoso comércio carnal e denominava a prostituição como um mal necessário para a fonte de renda.

A história das vendidas é a mesma para todas. Cortejadas, abastadas, enquanto moças mal se lhes mareia o verdor dos vinte anos, sentem fugir-lhes a clientela dos senadores e banqueiros. Baixam de coração como a carne avariada nos açougues. São tratadas mesmo, na jiria dos rufiões, pelo léxico dos açougues.

Aceitavam freguezia menos rica. Não podem habituar cazas vistozas, nem ter automoveis á porta. Passam ao segundo plano.

Os anos lhes oxidam o lustro da beleza e as levas dos amantes se sucedem cada vez mais sórdidas e menos ricas.

E elas decaem, degradam-se, despenham-se.

O termo final da decadencia é o proxenetismo , o hospital ou o azilo do Bom Pastor (A VIDA, 31/12/1914).

Por conseguinte, quanto mais civilizada era a sociedade, maior era a prostituição, porque a sociedade era movida pelo luxo e pela miséria. Isso porque, por exemplo, enquanto havia burgueses que pagavam seus prazeres com dinheiro extorquido dos trabalhadores, existia a prostituição. Logo, ela não é um mal necessário, mas uma consequência necessária de um regime social baseado no luxo.

Dito isso, percebe-se, no periódico, que a condição para a libertação da mulher seria dada com o rompimento com a Igreja, considerada a antítese da liberdade, oposta à razão do conhecimento e de uma sociedade de iguais, de homens e mulheres livres guiados pela ciência.

Entretanto, para além da razão, torna-se necessária a criação de condições materiais para que todos sejam livres. É necessário, portanto, a supressão de uma sociedade de classes, que fragmenta o trabalhador e alimenta os preconceitos que fortalecem a divisão das classes dominadas.

Considerações finais

Os jornais expressam um projeto de sociedade, selecionam fatos que devem ou não ser publicados e se posicionam diante de acontecimentos. De fato, as ideologias se fazem presentes nos textos de qualquer periódico. No entanto, dependendo de sua estrutura financeira para cumprir os objetivos aos quais se propõe, este ou aquele tabloide podem conquistar maior ou menor êxito na empreitada de difundir seus programas e ideias.

Acerca dos periódicos operários, numa lógica que inclui os libertários, pode-se afirmar que tiveram uma existência efêmera na chamada República Velha, em função das circunstâncias do período, marcado pela repressão policial e pela falta de recursos financeiros do movimento operário.

Nesse contexto, a hegemonia anarquista entre os operários se traduziu não apenas na liderança entre os anos de 1906 a 1922, mas, também, na agitação política, nas iniciativas educacionais e na publicação de jornais, revistas e panfletos. Independente das críticas que possam ser tecidas, é inegável que suas pautas continuam atuais: o respeito pelas diferenças, a liberdade individual, a igualdade entre homens e mulheres etc. Não se trata aqui de uma visão anacrônica, mas de perceber, por exemplo, que a igualdade de gênero ainda não foi resolvida de forma satisfatória no atual momento histórico.

Sabe-se que, em diferentes momentos, alguns anarquistas reproduziram discursos machistas, indo contra a ideologia do movimento, mas isso não o invalida, já que ele foi importante para avanços políticos e também porque jamais se pode diminuir a importância das lutas feministas que são travadas até hoje.

A partir das leituras do periódico “A Vida” foi possível identificar uma série de questões que indicam a existência de temas atuais. Dessa forma, por meio do levantamento bibliográfico, verificou-se a importância da educação, da igualdade de gênero e da defesa de uma comunidade mais igualitária, como, também, no âmbito social e educacional, a possibilidade de ampliação da visão de mundo de cada indivíduo, o posicionamento político e a formação baseada na diversidade.

Referências

- A VIDA: Periódico Anarquista de 1914 e 1915. Ed. fac-sim. São Paulo: Ícone, 1988.
- BRASIL. Decreto nº 1.641, de 7 de janeiro de 1907. Providencia sobre a expulsão de estrangeiros do território nacional. **Diário Oficial**, Brasília, p. 194, 1907.
- CARONE, E. **A República Velha: Instituições e Classes Sociais**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1979.
- FERREIRA, M. N. **Imprensa Operária no Brasil**. São Paulo: Ática, 1988.
- LUIZETTO, F. **Utopias anarquistas**. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- MARAM, S. **Anarquistas, imigrantes e o movimento operário brasileiro 1890-1920**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- MENDES, S. C. As mulheres anarquistas na cidade de São Paulo: 1889-1930. 2010. 252 f. **Dissertação** (Mestrado em História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2010.

PATTO, M. H. S. Estado, ciência e política na Primeira República: a desqualificação dos pobres. **Estudos Avançados**, v. 13, n. 35, p. 167-198, 1999.

PENNA, M. A. “À procura da Comunidade Perdida”: Histórias e Memórias do Movimento das Comunidades Populares. 2016. 350 f. **Tese** (Doutorado em História) – Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.

RAGO, M. **Do cabaré ao lar**: a utopia da cidade disciplinar (Brasil 1890-1930). 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

SAFFIOTI, H. **Do artesanal ao industrial**: a exploração da mulher. São Paulo: Hucitec, 1981.

SAVIANI, D. **A pedagogia no Brasil**: história e teoria. Campinas: Autores Associados, 2008.

Submetido em: 01.07.2021

Aceito em: 28.04.2022